

**Diário Notícias**

07-07-2013

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 56361**Temática:** Política**Dimensão:** 139**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 10*Editorial***O novo ciclo de Portas**

O acordo ontem alcançado entre o PSD e o CDS tem diversas consequências. Desde logo, o reforço de poderes e a maior responsabilização de Paulo Portas no Governo. O ainda ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ascende a vice-primeiro-ministro, passando a ter a coordenação económica na perspetiva da internacionalização e da diplomacia, da reforma do Estado e do diálogo com a *troika*.

Na prática, isto significa que Paulo Portas, que por causa da nomeação de Maria Luís Albuquerque afirmara que continuar no Governo seria “um ato de dissimulação política e pessoalmente insustentável”, passa a tutelar a ministra de Estado e das Finanças. Isto é, os fracassos ou sucessos da política económica e financeira, caso o Presidente da República valide este novo modelo de governo, passam a ser da responsabilidade primeira de Portas e do CDS.

No entanto, para que o “novo ciclo” de crescimento e criação de emprego se cumpra são precisas bem mais do que as palavras ontem afirmadas. É sabido, e não foi assim há tanto tempo, o que pensam Paulo Portas e o CDS, por exemplo, em matéria fiscal. Que o IVA na restauração deve baixar já em 2014, que o IRS e o IRC devem também sofrer reduções significativas até 2015 e que o Governo deve preparar a subida do salário mínimo. Para que isto aconteça é obrigatório renegociar as metas contabilizadas na sétima avaliação do programa de ajustamento. E para que a *troika* aceite estas alterações na política económica e orçamental terá de ser consumado um corte substancial na despesa pública. Mas esse é o trabalho que Portas já terá adiantado no guião para a reforma do Estado em que terão de ser cortados 4,7 mil milhões.

Só o tempo dirá se este novo arranjo reforça ou não a coesão e a unidade do Governo. Mas uma coisa é certa: Paulo Portas, que fica no Executivo à mesma mesa que a ministra das Finanças, continua sem explicar porque recuou na decisão “irrevogável” de se demitir. Esta decisão, não explicada, depreciou o valor da sua palavra. E poderá ter custos eleitorais.